

# **Conflito Ambiental e Luta por Moradia – o caso do depósito de lixo tóxico do Distrito Industrial de Campo Grande, município do Rio de Janeiro**

Kátia Perobelli \*

## **RESUMO**

A noção de justiça ambiental promove uma articulação lógica entre as relações de distribuição dos sujeitos no ambiente físico e suas posições no espaço social. Ela tem sido evocada por atores sociais que denunciam a existência de uma lógica de alocação privilegiada dos efeitos ambientais indesejáveis da produção nos espaços ocupados pelos setores mais desprovidos de renda e/ou minorias étnicas.

A formulação da noção de justiça ambiental promove, assim, uma expansão das lutas ambientais, por sua incorporação ao debate social sobre critérios de justiça e uma expansão das lutas por justiça social, evidenciando sua pertinência nos planos locacional e ambiental.

O presente trabalho discute o modo como distintos atores sociais evocam as noções de meio ambiente e justiça no conflito que opõe, desde agosto de 2000, 360 famílias de Sem Teto, o governo do Estado do Rio de Janeiro e as empresas do Distrito Industrial de Campo Grande.

Neste episódio, a luta popular por habitação conjugou-se a um conflito ambiental, quando foram encontrados 31 tonéis contendo resíduos tóxicos perigosos no terreno onde os Sem Teto foram assentados pelo governo do Estado com a promessa de construção de um conjunto residencial.

A análise da estratégia argumentativa dos atores sociais permite assinalar que, enquanto os Sem Teto denunciam a disposição clandestina dos resíduos e cobram a identificação dos responsáveis, a noção de risco ambiental é, por sua vez, acionada pelos representantes empresariais de modo a culpar “invasores” irrespeitosos das normas do zoneamento e a afirmar a legitimidade de suas próprias atividades contaminantes.

---

\* Bióloga, mestre em Ciência Ambiental (UFF), doutoranda do IPPUR-UFRJ.

## INTRODUÇÃO

Num contexto de dormência combativa dos movimentos sociais - com exceção do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que atua no campo - os movimentos sociais urbanos tentam construir estratégias para tornarem suas reivindicações visíveis. Visitar lojas em shoppings, experimentar mercadorias e sair sem comprá-las ou encher carrinhos de compras no supermercado e abandoná-las no caixa foram estratégias usadas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Rio de Janeiro para tornar a miséria visível e dar publicidade ao movimento<sup>1</sup>. Suas mobilizações, que até então ocupavam um espaço reduzido na mídia, conseguiram, com esses atos simbólicos, chamar a atenção para a questão da falta de moradia para as camadas de baixa ou nenhuma renda dos centros urbanos.<sup>2</sup>

“Nossa encenação só causou esse frisson todo na imprensa porque incomodou a elite. E era exatamente esse nosso objetivo. Forçar a barra para o governo resolver o problema”. Temos mais mil possibilidades, como passar o dia num restaurante qualquer bebendo água ou fazer um test drive com uma Mercedes numa revendedora” – afirmou uma das lideranças<sup>3</sup>.

Se para alguns, as atitudes destes sujeitos sociais comportaria ambigüidades por mostrar um certo culto aos padrões de consumo ditados pelo mercado global, no discurso do movimento vigor a disposição a exigir direitos no interior de uma ordem simbólica onde articulam-se, entre outros, o direito a circular no espaço do mercado e o direito de morar dignamente.

No âmbito de sua luta por moradia, o MTST protagonizou no ano 2000 um conflito fundiário urbano do Rio de Janeiro, que envolveu 360 famílias dos acampamentos Araguaia e Nova Canudos<sup>4</sup>. Este conflito

---

<sup>1</sup> Estas ações ocorreram, respectivamente, no Shopping Rio Sul em Botafogo - um dos mais conhecidos e luxuosos centro de compras do Rio de Janeiro - em 04 de agosto de 2000 e no supermercado Bon Marché na Barra da Tijuca/ RJ, bairro das classes privilegiadas, em 11 de agosto de 2000. Os acontecimentos foram alvo de todos os jornais de circulação diária da cidade e dos jornais televisivos locais.

<sup>2</sup> No Brasil o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) criado em 1964-especializado no fornecimento de créditos imobiliários de longo prazo, com juros mais baixos do que normalmente praticados no sistema bancário – durou até 1986, não sendo até hoje substituído. Neste caso, a moradia tende a ter alto preço, o que obriga grande parte da população que vive de salários, a buscar outras formas de provisão das suas necessidades habitacionais. Cf. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação, Desigualdade e Habitação: A Metrópole do Rio de Janeiro. In Anais do IX Encontro Nacional da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR. Rio de Janeiro, 28 de março a 1 de junho de 2001. Volume 2, PP 944-958. No caso dos Sem Teto, esse quadro se agrava, já que nem sequer salários possuem. Todos se identificam como sem empregos, sem casa, sem estudo, vivendo, quando possível, de biscates.

<sup>3</sup> Depoimento de Wellington Moreira da Silva - o Eric Vermelho - um dos líderes do movimento. Cf. O Globo, 9 de dezembro de 2000.

<sup>4</sup> As famílias envolvidas no conflito constituíam dois grupos de origem diferentes. As entrevistas que fundamentam a presente pesquisa foram realizadas com os integrantes do acampamento Canudos. Na época das manifestações (2000), eles estavam acampados na beira da pista, na Estrada de Madureira- Nova Iguaçu. Eles deixaram o terreno da CODIN em 16- 03-2001. Vivem hoje no conjunto habitacional Campo Belo em Lagoinha- Nova Iguaçu. Entre os dias 29- 08 e 06-09- 2002 conversei com oito lideranças do movimento: Sebastiana José Florentino dos Santos, mãe de Júnior;

foi resolvido pelo deslocamento destes acampamentos, em agosto de 2000, para um terreno da Companhia dos Distritos Industriais<sup>5</sup> do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) em Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro e com a promessas da construção de um conjunto habitacional.

Durante os sete meses em que ficaram acampados no local, aguardando a construção das residências, foram afetados também por uma quantidade de resíduos tóxicos, provenientes das indústrias do entorno, que resultou na intoxicação de 63 pessoas, deixando duas em estado grave.

A partir deste episódio, o movimento passou a evocar também o direito de não serem envenenados, tornando claro que não desejam ser vitimados pelas externalidades<sup>6</sup> dos empreendimentos industriais: os resíduos tóxicos perigosos. Muitos integrantes do MTST desenvolvem a percepção de que as questões ambientais se relacionam diretamente com a vida, não reduzindo-a a uma abordagem preservacionista/ conservacionista da natureza<sup>7</sup>.

“ O meio ambiente que discutimos é o ambiente geográfico, onde a gente vive, mas principalmente o ambiente social e político. Quando aconteceu o envenenamento de 63 pessoas (eu fui o último para ir pro hospital), achamos um descompromisso total do Estado. E as pessoas que quase morreram? O Junior, filho da Sebastiana quase morreu... ele baixou o rendimento escolar, tá crescendo pouco, vive desanimado... O meio ambiente é uma questão de vida. O Estado é responsável pelas coisas que acontecem com os cidadãos, **mas infelizmente o estado de direito é só pra quem tem posses**. Na época, o CREA colocou à nossa disposição os advogados, mas a gente não tinha nem dinheiro pra pagar as passagens, porque eles atendiam em Niterói. Nós não estamos conseguindo nem sequer cumprir o número um da nossa pauta: ocupar, resistir e construir (nossas casas), mas mesmo não falando, essas coisas estão juntas: a saúde, o meio ambiente...”<sup>8</sup>

---

Alonso Silva; Josefa; Iraci; Maria de Fátima Rodrigues da Silva; Vicente Vilela de Moura; Rosângela dos Santos Vilela; Daniel Cosme de Lima e o menino José Bento dos Santos Júnior.

<sup>5</sup> Com a transferência da capital para Brasília, o Rio de Janeiro passou de Distrito Federal a Estado da Guanabara, agravando o quadro da economia e iniciando-se um processo de hipertrofia do Estado. Inicia-se uma política de interiorização da economia brasileira. A Baixada Fluminense, de perfil ideal, para localização industrial, se situava fora dos limites do Estado da Guanabara. Por isso, o Governo investiu na ocupação da Zona Oeste e Baixada de Jacarepaguá, executando uma política com base na criação dos distritos industriais. Cf. SANTOS PENALVA, Angela, Moulin. Descentralização Econômica e Dinâmica Espacial. Faculdade de Economia e Mestrado em Direito da Cidade. UERJ, Janeiro de 1997, p. 9. Mimeo.

<sup>6</sup> No sentido dado por Henri Acselrad de dano ambiental, designando os efeitos indiretos indesejáveis das práticas sociais espacializadas do capital. Cf. ACSELRAD, Henri. A Construção da Injustiça Ambiental no Rio de Janeiro. Texto apresentado no Seminário Metrôpoles, Setembro de 2002, RJ. É neste cenário que funciona a lógica do capital. Os capitalistas/ industriais precisam se livrar desta mercadoria o mais rápido possível para produzirem mais e acessarem novos mercados. Precisam também, neste processo, reduzir os custos do transporte e quanto menores forem as barreiras espaciais, mais rápido se dará este deslocamento. Cf. HARVEY, David. Los Límites Del Capitalismo y La Teoría Marxista. Mexico: Fondo de Cultura Económica. Capítulos XII- la producción de configuraciones espaciales: las moviidades geográficas del capital e el trabajo e XIII- las crises en la economía espacial del capitalismo: dialéctica del imperialismo, 1990.

<sup>7</sup> Tal abordagem coincide com aquela apontada por Santos, segundo que "para além até mesmo das questões de classe, agora o conflito concerne a própria vida, isto é, sua defesa ou sua apropriação" Cf. SANTOS, Laymert. Perspectiva que a Revolução Micro-eletrônica e a Internet Abrem à Luta pelo Socialismo. Texto apresentado no Seminário "Socialismo e Democracia". Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 4 de junho de 2001, p. 14. Mimeo.

<sup>8</sup> Entrevista com Abeljair Barbosa Mota, um dos coordenadores do MTST.

Neste contexto, associou-se a luta popular por habitação a um conflito ambiental articulado com a noção de injustiça ambiental<sup>9</sup> que “ocorre quando um grupo social particular é atingido ou exposto a riscos ambientais”.

A luta por justiça ambiental é causa de muitos movimentos sociais americanos, especificamente do Movimento de Justiça Ambiental<sup>10</sup> que conseguiu incluir no debate ambiental oficial discussões a respeito da distribuição da riqueza, das desigualdades sociais e de poder, resignificando a agenda ambiental pública, implicando em mudanças políticas e organizacionais no interior das políticas ambientais e das práticas empresariais.

Apesar de no Brasil o tema da justiça ambiental ser recente e ainda incipiente, existe um conjunto de ações de movimentos sociais/ ambientais que acionam uma matriz discursiva que articula meio ambiente e justiça. No Brasil, onde o grau de desigualdades e de injustiças sócio-econômicas é vultoso e a omissão nas políticas públicas de meio ambiente é grande, é compreensível a presença de tal articulação lógica<sup>11</sup>. A negligência no atendimento às necessidades das classes populares, a desigual distribuição de renda e a concentração do poder sobre os recursos naturais desvelam as contradições desta modernidade híbrida.

Para o MTST, a reforma urbana não implica apenas na resolução da questão da moradia, mas é um problema de déficit habitacional estrutural em que vivem amplas camadas da sociedade brasileira e que se estende à necessidade de construção de um ambiente digno para se morar, incluindo a possibilidade de trabalho, educação, saúde e o resgate da cidadania através da construção de suas próprias moradias<sup>12</sup>. Neste sentido, a articulação lógica entre meio ambiente e justiça social sugere o início da incorporação dos excluídos da terra, dos empregos, da moradia, da saúde, e enfim, da vida em lutas ambientais entendidas

---

<sup>9</sup> Cf. Definição de BRYANT, Bunyan (Ed), 1995 APUD PELLOW, David N. Environmental Inequality Formation: toward a theory of environmental injustice. In TAYLOR, Dorceta. *Advances in Environmental Justice: Research, Theory, and Methodology*. American Behavioral Scientist Vol. 43/ Number 4. January, 2000.

<sup>10</sup> Escapa dos objetivos deste texto fazer uma análise do Movimento de Justiça Ambiental americano. A este respeito, dentre muitos, consultar: Cf. BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: race, class and environmental quality*. Boulder, Westview Press, 1990 e BULLARD, Robert (org). *Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots*. South End Press, Boston, Mass, 1996; Cf. HARVEY, D. *The Environmental of Justice*, cap. 12. In *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Blackwell Publ., 1996; Cf. ACSELRAD, Henri. *Políticas Ambientais e Construção Democrática*. In SILVA, DINIZ E VIANA (orgs). *O Desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001; Cf. ACSELRAD, Henri. *Justiça Ambiental- novas articulações entre meio ambiente e democracia*. In *Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente- O Debate Internacional*. Textos e Pesquisa de Acselrad, H. e Mello, Cecília. Publicação Ibase/ Projeto Meio Ambiente e Democracia/IPPUR-UFRJ/CUT-RJ; Outubro de 2000, Vol. 3.

<sup>11</sup> Cf. declaração de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental no Fórum Social Mundial. Porto Alegre. Janeiro/ Fevereiro de 200.

como articuladas como direito à vida.

O presente trabalho procura discutir como os Sem Teto, o governo do Estado e as empresas do Distrito Industrial de Campo Grande evocam as noções de meio ambiente e justiça, alguns denunciando a disposição clandestina dos resíduos por parte dos empresários, outros culpando “invasores” irrespeitosos das normas do zoneamento e afirmando a legitimidade das próprias atividades contaminantes.

### **O PRESENTE DE GREGO<sup>13</sup>: MORADIA X LIXO TÓXICO-UM ESTUDO DE CASO**

No dia 19-08-2000- um sábado- 360 famílias integrantes do MTST chegaram ao terreno da CODIN em caminhões do Governo do Estado que transportaram seus poucos utensílios. O vigia do terreno<sup>14</sup>, ao ver o movimento, comunicou o fato à polícia militar. Os Sem Teto mostraram nota publicada no diário oficial (18- 08-2000) dizendo que a partir daquela data eles estavam autorizados a ocupar o terreno do Distrito Industrial.

“ Nós não nos sentimos intimidados. Não levamos nossas coisas na mão. Chegamos nos caminhões deles e um papel que provava que o local estava certo. O pessoal das indústrias não queriam a gente lá de jeito nenhum. Diziam que era área de risco, local de industria química. Pra nós aquele papo era só pra expulsar a gente”<sup>15</sup>.

Claudia Regina Faria, secretária da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Campo Grande (ADEDI), relata o acontecido:

“ Quando o vigia viu o movimento, ele logo me telefonou e eu entrei em contato com a polícia militar.... No dia 21-08-2000, Segunda-feira foi um **caos** aqui na ADEDI. Liga pra todo mundo pra saber quem colocou os Sem Teto no nosso distrito. Fomos informados que o responsável era a senhora Elane Frossard Barbosa, presidente do Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro - ITERJ. Disseram que o terreno se tratava de terras devolutas. No dia 25-08-2000, a diretoria da ADEDI foi no Palácio do Governo e o secretário Fernando William informou que seria uma situação provisória...Achamos que era um cala boca temporário por causa das manifestações do Shopping e do supermercado, do tumulto que eles estavam fazendo”<sup>16</sup>

---

<sup>12</sup> Ver entrevista citada adiante com Abeljair.

<sup>13</sup> O presente de Grego é apenas ilustrativo. Na percepção dos Sem Teto, a moradia é um direito humano básico e o déficit habitacional, resultado de um processo sócio-histórico de distribuição desigual de renda. Como sustenta Sebastiana: “ Nós não pedimos nada de absurdo. É nosso direito, dever do Governo”

<sup>14</sup> O local onde funciona a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Campo Grande(ADEDI), é um prédio da CODIN. O vigia, funcionário da CODIN, não quis gravar entrevista nem revelar o nome. A localização deste lugar é estratégica, pois se situa numa parte alta, onde é possível ter uma vista panorâmica de todo o Distrito Industrial.

<sup>15</sup> Entrevista com Sebastiana, MTST, op. cit.

<sup>16</sup> Trecho de entrevista com Claudia Regina Faria, secretária da ADEDI, dia 10-08-2001. Apesar de ser apenas secretária da associação, Claudia incorpora em seu discurso a identidade do conjunto das empresas: quando se refere às empresas ou à Diretoria utiliza o pronome nós. Ela viveu intensamente todos os momentos do conflito desde quando os Sem Teto se instalaram no Distrito Industrial (12-08-2000) até sua retirada (16- 03-2001). Durante a entrevista,

O que para a secretária da ADEDI era tumulto, para os integrantes do MTST era luta por um projeto de reforma urbana, por políticas públicas. Analogamente ao MST, os Sem-teto não querem apenas a terra, mas condições para nela viver:

“Sem trabalho o cara vende a casa pra comer e para pagar as despesas da própria casa. No nosso projeto, nós é que iríamos construir as casas... propomos mutirão remunerado e cooperativas populares. Mas o Governo Garotinho não aceitava nenhuma independência política. Para trabalhar com eles, só nos termos deles, enfraquecendo e cooptando o movimento...eles determinando as diretrizes políticas. Se nós construíssemos as casas, sairia 30% mais barato, mas eles preferem enriquecer a iniciativa privada. (...) nós estaríamos entrando no mercado de trabalho, nos socializando (...) e isso, fortalece o movimento, fortalece o sujeito porque o sujeito construindo a casa, constrói também a sua cidadania...”<sup>17</sup>

Para os empresários locais, o Estado recebeu uma informação errada. Quando o Distrito Industrial foi criado, apenas uma parte do lote foi usado. A outra parte foi adquirida pela Companhia Docas, mas como a companhia não fez uso da área dentro do prazo legal, a CODIN entrou na justiça com um processo de reintegração de posse. Esse processo transitou por 15 anos na Justiça, o que resultou num acordo entre a CODIN e a Docas, estabelecendo que parte do terreno seria devolvido à CODIN. Foi isto que fez com que o terreno ficasse tanto tempo parado sem gerar desenvolvimento. A CODIN estaria a partir de então aguardando o desmembramento em lotes industriais para venda. Segundo a secretária da ADEDI, “há mais de 15 indústrias interessadas. O Estado não imaginou que iríamos dar tanto trabalho...”

Os empresários da ADEDI encaminharam uma carta para o ITERJ (16-10-2000) pedindo um posicionamento sobre o projeto detalhado do conjunto residencial datado de 14-09-2000 e manifestando posição contrária. Perguntavam então: “Quais os argumentos que o governo pretende usar para convencer os empresários a se instalarem ao lado de uma favela? Como controlar e manter 360 famílias, se a cada dia se instala uma nova família? Como o governo pretende garantir a segurança de nossos funcionários, pois a realidade mostra que as favelas abrigam trabalhadores, mas também desocupados? Quem vai indenizar pela desvalorização do patrimônio?”<sup>18</sup>.

“A posição das empresas foi que não aceitariam nenhum acordo” – esclarece a secretária da ADEDI. “Achamos um absurdo o Estado assentar Sem Tetos num distrito industrial. Nós não temos nada contra eles, mais isso aqui é uma ZEI, Zona Estritamente Industrial Industrial. Nosso distrito sofrerá uma desvalorização total. Todos os empresários tiveram que dobrar a segurança das

---

mostrou todo o empenho e dedicação da ADEDI em se livrar do “problema”, desde telefonemas, faxes, e-mails, cartas para as autoridades e de seu acervo contendo vários recortes dos jornais da época do fato.

<sup>17</sup> Entrevista com Abeljair, op. cit

<sup>18</sup> Carta encaminhada ao ITERJ. Arquivo da ADEDI. Percebe-se que forças de mercado e práticas discriminatórias produzem desigualdades ambientais. Cf. BULLARD, op. cit.

fábricas. Os funcionários das firmas eram assediados pelos Sem teto, que pediam dinheiro como se fosse intimidando. O número de assaltos aumentou”<sup>19</sup>.

A presidente do ITERJ responde :

“ ... segundo consultas feitas à prefeitura trata-se, de acordo com os urbanistas, de uma CB-1, : centro de bairro de uma ZUPI, ou seja, uma Zona Urbana Predominantemente Industria, mas não estritamente. Qualquer processo de favelização na área está fora de questão, pois, o projeto está dentro dos melhores padrões possíveis. Só ocupará 9, 89% - 83. 667m2- da área total de 845.713m2.(...) A topografia irregular do lugar não condiz com futuras instalações industriais(...) Nossa opção se deu devido a falta de alternativas e o déficit habitacional trata-se de uma demanda que não pode, nem deve ser desconsiderada sob nenhuma circunstância”<sup>20</sup>

O Vice-Presidente da FIRJAN – Federação das Industrias do Rio de Janeiro, Marcio Fortes se utiliza das leis de zoneamento, do discurso científico de EIA/RIMA e da noção de risco ambiental para legitimar a causa dos empresários:

“O problema é a falta de informação. As indústrias do Distrito geram cerca de 3200 empregos diretos, faturam R\$ 300 milhões e contribuem com R\$ 30 milhões em impostos. Há várias industrias interessadas no local, mas elas certamente reverão sua decisão se for construído o conjunto habitacional. A localização do distrito é nobre para os fins industriais, mas contra indicada para quem está se instalando às portas de fábricas já erguidas. Não pode haver secretária de Meio Ambiente que concorde com isso. Não há quem possa obter Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental ( EIA- Rima) em tais condições.... **Cria-se até uma situação de risco, pois o uso do solo já indicou a real destinação do terreno.** É melhor para todos que prevaleça o bom senso”.<sup>21</sup>

“ Em nosso Distrito, há apenas pequenas e médias empresas. Sabemos que onde há multinacionais, elas praticamente mandam no Governo. Elas fazem o que querem. Foi o caso da Peugeot automóveis no RJ<sup>22</sup>. Todos os seus interesses foram acatados. Tudo bem, que ela não feriu **nenhum meio ambiente**”<sup>23</sup>

O que fica transparente em todo o processo de negociação entre a ADEDI e o Governo do Estado - Claudia apresenta uma agenda detalhada de todos os passos da ADEDI<sup>24</sup> - é que o problema da

<sup>19</sup> Entrevista com Claudia, op. cit. Consultar também Jornal o Povo, 11-10-2000. “ Aumento de Crimes Assusta Campo Grande”... “ A área ocupada pelo MTST também esta sendo invadida por desocupados, responsáveis por diversos furtos”.

<sup>20</sup> Carta- resposta encaminhada a ADEDI pelo ITERJ. Arquivo da ADEDI.

<sup>21</sup> A Contramão do Bom Senso. Artigo de Marcio Fortes. Cf. O Globo. Caderno Opinião em 05- 01- 2001.

<sup>22</sup> Alguns grupos de industrias são mais corruptos e criminosos do que outros. Simon citando Clinard (1979) mostra que 60% de todas as acusações ao Departamento de Justiça americano entre 74- 76 ocorreram em três tipos de industrias: petroquímica, farmacêutica e de automóveis que apresentam um histórico de atividades criminais. “Evidencias indicam que a violação das leis ambientais são o que os sociólogos chamam de “socially patterned”, ou seja, estes crimes não são meramente acidentais. São exemplos de um comportamento institucionalizado entre diversas organizações na mesma industria ou agencias do governo. Também um dos principais instrumentos usado pelas companhias ditas ambientais é “greenwashig” o uso de relações públicas para transformar a uma corporação poluidora em uma firma ecologicamente amigável. Cf. SIMON, David R. Corporate Environmental Crimes and Social Inequality: New Directions for Environmental Justice Research. In PELLOW, op. cit., p. 634.

<sup>23</sup> Entrevista com Claudia, op. cit.

<sup>24</sup> No dia 18-08- 2000 os Sem teto ocupam a área; em 21-08 a ADEDI encaminha cartas para a Secretária de Desenvolvimento; ao Governo do Estado e a Federação das Industrias do Rio de Janeiro (FIRJAN); dia 23-08 reunião com todos os empresários associados; dia 25-08 o governador Garotinho almoça na FIRJAN e a diretoria da ADEDI vai ao seu encontro; dia 13-09 outra reunião da diretoria da ADEDI; dia 09-11 reunião na Secretária de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo com representantes do governo, incluindo ITERJ, CODIN, e a diretoria da ADEDI; dia 5-12 reunião com o secretário de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo Tito Riff; dia 11-

intoxicação dos Sem Teto é pouco evidenciada, tratada como um fato desagradável, mas apenas um acidente. Menção explícita ao fato, se dá em carta encaminhada à imprensa para divulgação.

“ Solicitamos que a realidade não seja distorcida: o local onde os Sem Teto estão instalados não é um lixão e muito menos um depósito de lixo clandestino. Se isso acontece não é por parte de nossas empresas, legalizadas e fiscalizadas por órgãos competentes (FEEMA, Vigilância Sanitária, Delegacia de Meio Ambiente, entre outras). Se o nosso governo se importa realmente com a população carente porque não providenciou um local adequado?”<sup>25</sup>

Se há uma concordância entre os empresários e os Sem Teto é a respeito do depósito de lixo clandestino, mesmo que por motivos diversos:

“O terreno foi todo vistoriado, antes de nós entrarmos. Não tinha depósito nenhum lá de tóxico. O terreno estava limpo, não tinha poluição. Só o lixão<sup>26</sup>. Nós ficamos lá sete meses. Foi só naquele dia que o lixo tóxico apareceu lá e foi pra forçar a nossa saída. Os tonéis foram jogados criminalmente nos fundos do acampamento. Quem colocou aquilo lá entrou por trás do terreno e durante a noite. Foi proposital, intencional. A gente não sabe quem colocou. Não tem prova, a gente só acha que ... bem, as indústrias queriam tirar a gente de lá de qualquer jeito. Diziam que a gente era tudo ladrão. Eles tinham medo. Depois, ficou tudo limpinho de novo”<sup>27</sup>.

“As crianças acharam uns galões azuis e muitas laranjas. Tinha um sacolão que despejava umas sobras lá no lixão e a gente apanhava. O meu filho colocou as laranjas dentro do galão e trouxe para dentro do acampamento. As crianças chuparam as laranjas e nem se preocuparam que tinha que lavar mão, laranja, nada. Não tavão atentando pra aquilo. O meu filho não é mais o mesmo menino. Tá mole, vive dormindo. Não é mais tão ativo. Ele ficou todo preto. A urina era verde e os lábios roxinho... Depois dessas doenças todas que nós tivemos, as crianças ficaram com uns machucados no corpo que até hoje não curaram. Parece uma micose”<sup>28</sup>.

“As crianças vieram rolando os galões. Eles lavaram tudo na bica comunitária e ficou muita água empoçada. O júnior, filho da Sebastiana, que quase morreu, trouxe o tonel para mãe dele guardar água. Pra que quando ela chegasse do trabalho, não precisasse pegar água. Ele me pediu sabão em pó e entrou dentro do tonel para lavar. De repente eu olhei para ele e perguntei se ele tinha comido jamelão porque ele tava com a boca toda roxo”<sup>29</sup>

O ITERJ concluiu o projeto do conjunto residencial (em 14-09-2000) um pouco antes dos Sem Teto serem intoxicados (em 27-09-2000), o que não alterou o desejo dos mesmos aprovarem o projeto e

---

12 reunião com o vereador Mario Del Rey; 14-12 reunião com o deputado Marcio Fortes (estes dois últimos, segundo Claudia, muito contribuía para as negociações); dia 08-02-2001 o presidente da ADEDI, Sr Inácio é convidado pelo governador para um café da manhã, afirmando compromisso de retirada dos Sem teto; dia 16-02 reunião da diretoria da ADEDI e no dia 16-03 os Sem teto deixam o Distrito.

<sup>25</sup> Carta aos meios de comunicação, em 28-09-2000. Arquivo ADEDI. A carta não foi publicada.

<sup>26</sup> O lixão que eles se referem é onde haviam alguns entulhos e onde um sacolão da redondeza despejava as sobras que muitos integrantes utilizavam para se alimentar..

<sup>27</sup> Entrevista com Alonso e Sebastiana, op. cit

<sup>28</sup> Entrevista com Sebastiana, op. cit.

<sup>29</sup> Entrevista com Maria de Fátima. Sebastiana, na época, fazia faxinas como diarista. Hoje nem isso consegue. Segundo relatório de vistoria da Feema de 27-09-2000. O material encontrado foi etanol, metanol e soda caustica. Segundo alguns depoimentos tratava-se de Cianureto e ou cianeto. CF. Jornal o Globo; Extra e Jornal do Brasil de 29-09-2000. A Industria Química Cloral, foi citada no relatório da FEEMA. Foram encontradas algumas notas desta empresa. O engenheiro químico da empresa, em entrevista, disse que a cloral não trabalha com cianureto e que o etanol, não causaria tamanho estrago. Sobre as notas fiscais com o nome da empresa, disse que se tratava apenas de notas fiscais vencidas, apenas lixo de papel, jogado indevidamente. Entrevista com Fernando dia 09-10-2000.

garantirem suas casas<sup>30</sup>. Para os Sem Teto, a percepção do risco se dá dentro de alguns parâmetros: a) a área não era tão perigosa, ela se tornou perigosa; b) o terreno se tornou um vazadouro de lixo tóxico para inviabilizar a presença deles na área; c) ao se utilizarem dos galões para armazenar água, eles não fizeram imediatamente a associação entre galões e os riscos d) a percepção da gravidade do risco se deu no momento em que 63 pessoas foram intoxicadas.

Na perspectiva dos Sem Teto,

“ O Estado não fez nada. Nem sequer transportou as pessoas que estavam passando mal. Quem ajudou foi o Sindicato dos Previdenciários que estavam lá, fazendo uns cadastramentos e trouxeram todas as Kombis que tinham e o CREA que colocou os advogados a nossa disposição, mas como ninguém tinha dinheiro de passagem pra correr atrás... Mas a gente também ficou com medo de não ganhar as casas porque a gente ia entrar com a ação contra o Estado porque foi ele que colocou a gente lá. Nós não invadimos lá. Tinha muitas casas, muitas vida em jogo. A FEEMA e a Defesa Civil vistoriaram a área, recolheram o material, levaram para analisar e só<sup>31</sup>

Representantes do MTST afirmam ter cogitado mas desistido, temporariamente, de recorrer à Justiça em prol da casa. “Nós ainda vamos voltar com esta questão na justiça”<sup>32</sup>. Concentraram-se assim em realizar manifestações públicas a fim de pressionar as autoridades responsáveis e em publicizar o conflito<sup>33</sup>.

Os empresários, apesar de afirmarem que o terreno nunca funcionou como um depósito de lixo tóxico, defendendo-se assim das suspeitas de irresponsabilidade ambiental com relação à poluição industrial ou de despejos clandestinos, evocam o perigo para sustentar a impossibilidade de convivência dos Sem Teto com a área industrial<sup>34</sup>.

O presidente da ADEDI acrescenta incertezas ao fato:

---

<sup>30</sup> Podemos fazer um paralelo com o caso da Cidade dos Meninos, onde casas populares, foram construídos em locais previamente contaminados. Os moradores preferem não assumir o risco ambiental do que a possibilidade de perderem suas casas. Cf. HERCULANO, Selene. Palestra proferida no I Colóquio Internacional de Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania de 24 a 27 de setembro de 2001, em Niterói – RJ e material da pesquisa “ Etnografia da produção e distribuição de informação sobre localização de lixo tóxico no RJ.- Projeto IPPUR/ CNPQ, coordenador Henri Acsegrad.

Em entrevista com Major Otto e Major Pereira, coordenadores do Grupo de Produtos Perigosos da Secretaria de Defesa Civil, em 10-10-2002 eles declaram; “ Nós sabemos o que está em jogo, mas parece que os próprios governantes ainda não se deram conta do perigo. O caso da Cidade dos Meninos em Caxias é emblemático: contaminou o solo, o lençol freático, o gado. Tá tudo contaminado. É a cadeia ecológica”.

<sup>31</sup> Entrevista com Alonso, op. cit. Vide também entrevista com Abeljair.

<sup>32</sup> Entrevista com Abeljair, op.cit.

<sup>33</sup> Mas, não é só o capital que se movimentou: os Sem Teto se mobilizaram. Os Sem teto, mesmo cooptados em razão da possível casa, denunciaram o fato na mídia, fizeram passeatas, fechando a Av. Brasil, ou seja, impuseram barreiras ( física e discursiva) ao capital. Consultar jornais O Globo, 17- 10- 2000; O Povo, 29- 09-2000; Jornal do Brasil de 29- 09-2000. Há registros, no banco de caso da pesquisa (referida na nota n.º 34) sobre um depósito de lixo tóxico CENTRES- Queimados em que mesmo após as denúncias e as barreiras físicas dos moradores (impedindo o trânsito, etc.), as empresas continuaram a lançar indevidamente resíduos durante a noite (como também afirmaram os Sem Teto: os tonéis foram colocados à noite).

<sup>34</sup> Afastar grupos com poder organizacional, evitando assim denúncias quanto à irresponsabilidade ambiental e o mal gerenciamento dos riscos e dos rejeitos industriais, são também estratégias utilizadas pelas empresas.

“ Bem, eu não posso responder pelos outros, só sei que faço a coisa certa. Nossa industria (Industria Química Cubatão) fabrica sulfato de alumínio e 95% da produção é comprada pela CEDAE. O problema de todas as indústrias é se livrar dos resíduos. Eu gastei para despejar 2 mil toneladas R\$ 80, 000 (cada tonelada custa R\$ 40,00 para ser despejada: R\$ 10,00 para o aterro sanitário de Gramacho; R\$ 20,00 com o transporte e R\$ 10,00 para neutralizar a substância). Já estamos dando início ao reaproveitamento dos resíduos na fabricação de tijolos e telhas coloniais. Sai direto da fabrica para a Olaria e não gasto com o despejo. Já estamos desenvolvendo um filtro prensa, onde os resíduos sairão prensados, diminuindo o volume. Agora sobre a intoxicação dos Sem teto ...alguns funcionários das empresas do complexo viram- nos retirando galões da Indústria Grupo químico - Fábrica de Plástico Hermes. Esse empreendimento encontra-se interdito judicialmente desde 1996. A firma faliu e a matéria prima que está espalhada lá dentro é material químico. Provavelmente seja está a origem da intoxicação”<sup>35</sup>

## CONCLUSÃO

Procuramos discutir o modo como os diferentes atores sociais envolvidos no conflito problematizam a contaminação ambiental. Ao contrário do que sustenta Giddens, segundo quem “a ecotoxicidade é um perigo que afeta potencialmente a todos, não importando de que maneira ou onde as pessoas vivem”<sup>36</sup>, o caso em estudo evidencia a maior vulnerabilidade ambiental de populações de baixa renda e vivendo em precárias condições de habitação.

A noção de risco ambiental foi acionada pelos representantes empresariais para culpar os “invasores” por estes desrespeitarem as normas do zoneamento, ao mesmo tempo em que afirmavam a legitimidade de suas próprias atividades contaminantes. Os Sem Teto, por sua vez, denunciaram o risco na pretensão de identificar responsáveis pelo dano ambiental, sem por isso abdicar de sua luta por terra para morar. O lugar simbólico que a casa ocupa em suas estratégias de luta mostra-se assim central, ainda que o local que habitem represente um “risco a mais” na insegurança persistente de suas vidas.

---

<sup>35</sup> Entrevista com o presidente da ADEDI.

<sup>36</sup> Cf. GIDDENS, Anthony . Para Além da Esquerda e da Direita. Ed. Unesp. SP, 1996, p. 256.

## BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (org.). A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. RJ: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. Esboço Sobre a Construção do Campo Ambiental e o Conceito de Conflito Sócio-Ambiental. Texto para discussão apresentado no Curso Conflito Social e Meio Ambiental, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro. MIMEO, S/d.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e Território in HERCULANO, PORTO & FREITAS (orgs). Qualidade de Vida & Riscos Ambientais. Niterói: EdUFF, 2000

\_\_\_\_\_. Justiça Ambiental- novas articulações entre meio ambiente e democracia. In Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente- O Debate Internacional, IPPUR-UFRJ/CUT-RJ; 2000.

BECK, Ulrich. From Industrial Society to the Risk Society: Questions of Survival, Social Structure and Ecological Enlightenment, in Theory, Culture & Society, 1992.

\_\_\_\_\_. Risk Society: Towards a New Modernity. Sage, London, 1992.

BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BULLARD, Robert D. Dumping in Dixie: race, class and environmental quality. Boulder, Westview Press, 1990.

\_\_\_\_\_. (org). Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots. South End Press, Boston, Mass, 1996.

\_\_\_\_\_. Building Just, Safe and Healthy Communities. Tulane Environmental Law Journal. Vol. 12, Spring, 1999.

CHARTIER, R. A História Cultural- Entre Práticas e Representações. Introdução: DIFEI, RJ, 1990.

DOUGLAS, Mary (s/d). Pureza e Perigo. Perspectivas do Homem. Edições 70: Rio de Janeiro.

EIGENHEER, Emílio Maciel. Lixo e Vanitas: Considerações de um Observador de Resíduos. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense- UFF, 1999.

- HARVEY, David. Justice, Nature and the Geography of Difference. Malden: Blackwell, 1996.
- \_\_\_\_\_. Los Límites Del Capitalismo y La Teoría Marxista. Mexico: Fondo de Cultura Económica. Capítulos XII- la producción de configuraciones espaciales: las movi­lidades geográficas del capital e el trabajo e XIII- las crisis en la economía espacial del capitalismo: dialéctica del imperialismo, 1990.
- LEFORT, C. A Invençã­o Democrática. Os limites do Totalitarismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2. ed., 1987.
- GIDDENS, Anthony . Para Além da Esquerda e da Direita. Ed. Unesp. SP, 1996
- MOLL, A & SPAARGAREN, G. Ecological Modernization Theory in Debate: a review. MIM­EO, 1998.
- PELLOW, David N. Environmental Inequality Formation: toward a theory of environmental injustice. In TAYLOR, Dorceta. Advantages in Environmental Justice: Research, Theory, and Methodology. American Behavioral Scientist Vol. 43/ Number 4. January, 2000.
- SAHLINS, Marshal. Cultura e Razã­o Prática. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1979.
- SANTOS, Laymert. Perspectiva que a Revoluçã­o Micro-eletrônica e a Internet Abrem à Luta pelo Socialismo. Texto apresentado no Seminário "Socialismo e Democracia". Partido dos Trabalhadores. São Paulo, 4 de junho de 2001, p. 14. MIM­EO.
- SANTOS PENALVA, Angela Moulin. Descentralizaçã­o Econô­mica e Dinâmica Espacial. Faculdade de Economia e Mestrado em Direito da Cidade. UERJ, Janeiro de 1997, p. 9. MIM­EO.
- THÉVENOT & LAFAYE. "Une Justification Écologique? Conflits dans l'Amenagement de la Nature" in Revue Française de Sociologie, 1993.